-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Com referência à elaboração de demonstrações contábeis pela legislação societária e pelos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, julgue os itens subsequentes.

51 Os resultados abrangentes que afetaram o patrimônio líquido ao longo do exercício são apresentados tanto na demonstração do resultado do exercício quanto na demonstração dos resultados abrangentes.

52 Independentemente do método adotado, direto ou indireto, a demonstração dos fluxos de caixa apresenta, de forma estática e dedutiva, o modo como foi constituído o saldo de caixa do fim de exercício.

53 O grupo de exigibilidades do balanço patrimonial é dividido em circulante e não circulante, apresentando-se o resultado dos exercícios futuros neste último grupo.

Acerca da mensuração ao valor justo, julgue os itens seguintes.

54 O valor justo é o preço pelo qual uma entidade vende seu produto em um mercado competitivo em dado momento.

55 A relação entre o preço e o lucro de uma ação, utilizada pelos agentes econômicos para precificar o valor de uma ação, é uma técnica de mercado para avaliação do valor justo do ativo.

56 Havendo dois valores para determinado bem no mercado, o valor justo será o valor do melhor uso que o agente econômico interessado poderá fazer desse bem.

Julgue os itens seguintes, a respeito de procedimentos contábeis aplicáveis a operações de empréstimos, ativos contingentes e combinações de negócios.

57 A fusão é uma combinação de negócios em que duas ou mais sociedades se unem para formar uma nova sociedade, devendo os direitos e as obrigações dessas sociedades ser transferidos para o patrimônio da nova sociedade.

58 Uma sociedade anônima que obtiver recursos oriundos de um empréstimo bancário no valor de R$ 100.000, comprometendo-se a pagá-lo integralmente no prazo de 24 meses pelo montante de R$ 150.000, deverá proceder ao reconhecimento contábil do referido empréstimo por meio de um registro a débito de uma conta do ativo circulante e a crédito de conta do passivo não circulante, no valor de R$ 150.000.

59 O ativo contingente, que não deve ser objeto de reconhecimento pela contabilidade, surge de um evento que dá origem à possibilidade de entrada de benefícios futuros para a entidade, a depender da ocorrência de um ou mais eventos futuros cujo desfecho seja incerto.

Julgue os próximos itens, referentes à distribuição de resultados, ao cálculo do custo dos produtos e à consolidação de demonstrações contábeis.

60 A principal vantagem da distribuição de resultados por meio de juros sobre o capital próprio comparativamente à distribuição de dividendos está no benefício fiscal decorrente da dedutibilidade dos referidos juros para fins de apuração do lucro real.

61 No processo de consolidação de demonstrações contábeis, os saldos das transações efetuadas entre a controladora e as suas controladas, representativas de direitos e obrigações recíprocos, devem ser apresentados no balanço consolidado em contas destacadas do ativo e do passivo, respectivamente.

62 No custeio por absorção, os gastos incorridos para se efetuar a venda dos produtos fabricados pela empresa devem ser contemplados no cálculo do custo dos produtos.

À luz das Normas Brasileiras de Contabilidade de Auditoria (NBC TA e NBC PA), julgue os próximos itens, a respeito de testes de observância e de evidências de auditoria.

63 As evidências de auditoria obtidas de fontes externas são sempre menos confiáveis que as evidências geradas internamente pela entidade auditada.

64 Os testes de observância em auditoria têm como objetivo principal verificar a eficácia dos controles internos implementados pela entidade, com o intuito de assegurar que eles estejam sendo corretamente aplicados e funcionando conforme esperado.

Acerca de auditoria no ativo circulante, saldo credor e aquisições de mercadorias e serviços, julgue os itens subsequentes.

65 A recomposição contábil do fluxo de caixa da entidade deve desconsiderar transações que não afetem diretamente o caixa, como depreciação e amortização, focando exclusivamente em entradas e saídas efetivas de dinheiro.

66 Durante a auditoria fiscal, a identificação de aquisições de mercadorias, bens, serviços e outros ativos não contabilizados e sem comprovação da origem do numerário pode indicar a prática de caixa dois, o que constitui fraude fiscal. Nesses casos, o auditor deve considerar a possibilidade de autuação fiscal por omissão de despesas e a inclusão desses valores na base de cálculo de tributos devidos.

67 Na auditoria de tributos, a existência de saldo credor na conta caixa, mesmo sem a emissão de documentos fiscais correspondentes, não pode ser utilizada como evidência de infração tributária, pois, em situações excepcionais, a legislação permite que o caixa apresente saldo credor.

Acerca de passivos fictícios e da identificação de erros e fraudes na escrituração contábil e fiscal, julgue os itens a seguir.

68 Ao identificar indícios de fraudes ou erros significativos na escrita fiscal, o auditor deve revisar a totalidade das transações fiscais da entidade auditada, para garantir que todas as irregularidades sejam descobertas e corrigidas antes da emissão do relatório final de auditoria.

69 Caso identifique passivos fictícios nas demonstrações contábeis, o auditor deve considerar a possibilidade de ter havido manipulação intencional dos resultados financeiros da entidade com o objetivo de reduzir a carga tributária. Nesse caso, antes de emitir seu relatório, o auditor deve avaliar a materialidade e a possível má-fé dessas distorções.

A respeito da escrituração fiscal digital (EFD), da nota fiscal eletrônica (NFe) e da utilização de sistemas gerenciadores de bancos de dados (SGBD) em auditoria fiscal, julgue o próximo item.

70 Na auditoria da EFD e da NFe, o auditor fiscal deve verificar não apenas a consistência das informações declaradas, mas também a sua conformidade com as regras e a legislação tributária aplicáveis, garantindo que não haja omissões, subfaturamento ou outras irregularidades que possam resultar em sonegação fiscal.

Com base na Lei Complementar n.º 105/2001, que dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras, julgue os seguintes itens.

71 Cabe ao Poder Executivo de cada ente federado disciplinar, inclusive quanto à periodicidade e aos limites de valor, os critérios segundo os quais as instituições financeiras deverão informar à respectiva administração tributária (isto é, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios) as operações financeiras efetuadas pelos usuários de seus serviços.

72 A quebra de sigilo bancário poderá ser realizada por autoridade administrativa tributária, independentemente de autorização judicial, quando houver processo administrativo instaurado ou procedimento fiscal em curso para apuração de ocorrência de infração à legislação tributária, devendo ser assegurado ao contribuinte o direito ao contraditório e à ampla defesa.

À luz do Código Tributário do Município de Mossoró (CTMM), julgue os seguintes itens.

73 É possível a instituição de regime especial de fiscalização, quando for de interesse da administração tributária municipal, conforme definido em ato do secretário municipal de fazenda.

74 O CTMM prevê, em relação ao IPTU, alíquotas distintas para imóveis edificados e não edificados.

75 A incidência do IPTU, cuja base de cálculo é o valor venal do imóvel, está condicionada à legitimidade do título de aquisição ou da posse do imóvel.

76 No caso do ITBI, o CTMM estabelece, no que concerne às transmissões compreendidas no SFH, alíquotas diferenciadas, considerados o valor efetivamente financiado e a parcela não financiada.

77 O CTMM assegura ao contribuinte o direito de consulta sobre interpretação e aplicação da legislação tributária, que pode ser protocolada após o início de ação fiscal.

Em relação ao Sistema Tributário Nacional, à luz das disposições da Constituição Federal de 1988, julgue os itens que se seguem.

78 O imposto sobre bens e serviços, cuja competência é compartilhada entre estados, DF e municípios, possui regime específico de tributação para serviços financeiros, operações com bens imóveis, planos de assistência à saúde e concursos de prognósticos.

79 O IPTU e o ITCMD são impostos municipais que incidem sobre a propriedade.

A respeito de aspectos atinentes à obrigação e à responsabilidade tributária, julgue os próximos itens à luz do Código Tributário Nacional.

80 A natureza da obrigação tributária não é passível de modificação decorrente de fatos jurídicos supervenientes.

81 Os diretores das pessoas jurídicas de direito privado são pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos por eles praticados com excesso de poderes.

82 Somente por disposição expressa da legislação tributária, é possível a uma pessoa figurar como sujeito passivo na condição de responsável tributário.

Em conformidade com as regras do processo administrativo tributário do município de Mossoró, observada a jurisprudência dos tribunais superiores pertinentes ao processo judicial tributário, julgue os itens subsequentes.

83 No âmbito do processo administrativo fiscal, as normas do Código de Processo Civil são de aplicação subsidiária.

84 No curso do processo administrativo fiscal, o fisco poderá exigir a qualquer tempo a exibição de livros e comprovantes de atos e operações que possam constituir fato gerador de obrigação tributária não extinta.

85 No processo administrativo fiscal, o julgador, ao proferir decisão, poderá declarar a inconstitucionalidade da legislação tributária em vigor.

86 A concessão liminar da cautelar fiscal dispensa a fazenda pública de caução, mas não de justificação prévia.

87 A utilização do mandado de segurança com vistas ao questionamento de lançamento tributário e a apresentação de exceção de pré-executividade para fins de impugnação do feito executivo fiscal compartilham de idêntica limitação processual: impossibilidade de dilação probatória.

Julgue os itens a seguir, acerca dos procedimentos contábeis de ajustes patrimoniais aplicados ao setor público.

88 A redução do valor do bem por meio da depreciação se inicia a partir do momento em que o ativo é incorporado ao patrimônio da entidade.

89 Quando a perda por valor recuperável estimada for maior que o valor contábil do ativo, este deverá ser reduzido a zero e a diferença deverá ser desconsiderada.

90 O aumento do valor contábil de uma classe do ativo em virtude de reavaliação deve ser creditado diretamente à conta de reserva de reavaliação.

Julgue os itens subsequentes, relativos à mensuração de provisões e passivos contingentes no setor público.

91 Caso a saída de recursos de um passivo contingente se torne provável, uma provisão deve ser reconhecida nas demonstrações contábeis do período em que ocorrer a mudança na probabilidade.

92 Quando o efeito do tempo no dinheiro for material, o valor da provisão deverá corresponder a 100% do valor exigido para se liquidar a operação.

A prefeitura de um município previu, em sua lei orçamentária anual, arrecadar um imposto por meio da emissão de boletos (fato gerador) no mês de janeiro e arrecadação efetiva no mês de maio do mesmo exercício financeiro.

Acerca dessa situação hipotética, considerando que o exercício financeiro em questão já esteja encerrado, julgue os itens seguintes à luz das regras aplicáveis aos procedimentos contábeis orçamentários e patrimoniais do setor público.

93 O reconhecimento da receita orçamentária deve ser efetuado no mês de maio do exercício financeiro em comento.

94 Uma variação patrimonial aumentativa deve ser contabilmente registrada no resultado do mês de janeiro do exercício financeiro em apreço, em função da emissão de boletos.

Com base no disposto na NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, julgue os itens que se seguem.

95 Mesmo que atenda a uma exigência legal, o descumprimento das exigências de uma NBC TSP para a elaboração do balanço patrimonial é conflitante com a finalidade das demonstrações contábeis estabelecidas.

96 Se forem materiais, os ganhos e perdas provenientes de grupos de transações semelhantes deverão ser apresentados separadamente nas demonstrações contábeis.

Julgue os itens subsequentes, relativos a conceitos gerais e terminologia em contabilidade de custos, bem como à classificação de custos.

97 Se uma empilhadeira, ao levar um lote de produtos acabados ao estoque, sofrer um acidente, destruindo-se, com isso, todo o lote, tal evento caracterizará uma perda no processo produtivo.

98 Suponha que uma indústria, para fabricar determinado produto, incorra em R$ 100 com determinado item de custo para cada unidade concluída e que o montante desse custo cresça à medida que aumente o volume de produção. Nesse caso, tal situação caracteriza um custo fixo.

99 A matéria-prima só constitui um custo quando é consumida no processo de produção, sendo um investimento no momento em que é adquirida com a finalidade de produção futura.

Com relação à técnica de departamentalização e aos tipos de custeio, julgue os itens seguintes.

100 Em se tratando de períodos em que os estoques de produtos acabados aumentam, em volume, em relação ao período anterior, mantidos os mesmos custos de insumos, a metodologia do custeio por absorção apura lucros maiores, ou prejuízos menores, que os apurados pela metodologia do custeio variável.

101 Em um sistema de departamentalização, os custos dos departamentos de serviços são, em geral, custos indiretamente atribuídos aos produtos, ao passo que os departamentos de produção repassam seus custos diretamente aos produtos.

102 Apesar de não produzir informações relevantes para fins gerenciais, o custeio direto ou variável é a metodologia mais aceita para fins fiscais e societários.

Julgue os próximos itens, relativos ao Subsistema de Informação de Custos do Setor Público (SICSP).

103 O objetivo do SICSP é selecionar, mensurar, registrar e evidenciar os custos dos produtos e serviços para apoiar as funções de planejamento e orçamento dos entes públicos.

104 Subaplicação de custos é a diferença negativa entre a taxa de custos estimados e a taxa efetivamente verificada.

105 Sistema de acumulação, sistema de custeio e método de custeio são os elementos que dão suporte ao SICSP.

Julgue os itens seguintes, a respeito de auditoria de elementos das demonstrações contábeis, procedimentos analíticos, avaliação de riscos, responsabilidade do auditor frente a fraudes nas demonstrações contábeis e tecnicidade aplicada à auditoria de partes relacionadas.

106 Suponha que o auditor tenha concluído, com opinião adversa, o relatório sobre quadros isolados das demonstrações contábeis, tendo sido sua primeira preocupação determinar as implicações e a magnitude da materialidade do valor monetário e verificar se o assunto deveria ser incluído no relatório do auditor independente sobre o conjunto completo das demonstrações contábeis. Nesse caso, a motivação que fundamenta a conclusão do auditor envolve ceticismo profissional.

107 É de suma relevância para o auditor compreender os relacionamentos e as transações com partes relacionadas, visto que fraude nas demonstrações contábeis pode ser cometida mais facilmente por meio das partes relacionadas.

108 Dada a dependência entre as partes relacionadas, sob nenhum aspecto o auditor pode se esquivar de obter conhecimento suficiente para concluir que as demonstrações contábeis publicadas estão adequadas.

109 Ao aplicar procedimentos analíticos planejados para detectar uma distorção relevante, o auditor deve basear-se na expectativa da existência da informação de dado contábil e na percepção de que ela continue na ausência de condições não conhecidas ou daquelas que indiquem o contrário.

110 Ao planejar os procedimentos adicionais de auditoria, o auditor deve considerar a probabilidade de distorção no nível da divulgação relevante devido às características particulares do saldo das contas, da classe e do saldo das transações com partes relacionadas.

Em relação à avaliação das distorções identificadas durante a auditoria e às auditorias de demonstrações contábeis de grupos, julgue os itens subsequentes.

111 Para componentes não significativos, a equipe encarregada do trabalho do grupo deve executar procedimentos analíticos no nível de grupo.

112 No contexto do trabalho do auditor, considera-se diferença a distorção não corrigida entre o valor de um item nas demonstrações contábeis e o valor do mesmo item no relatório financeiro de uso da entidade.

Acerca da materialidade no planejamento e na execução da auditoria e de eventos subsequentes, julgue os itens a seguir.

113 Evento subsequente é aquele ocorrido após o encerramento e a publicação das demonstrações contábeis.

114 É permitido ao auditor assumir que os usuários detêm o entendimento de que as demonstrações contábeis auditadas foram elaboradas considerando-se níveis de materialidade.

Com referência à gestão organizacional das finanças públicas e ao resultado fiscal do governo, julgue os itens a seguir.

115 Se o município de Mossoró receber a quantia de R$ 800 mil a título de amortização de empréstimo que houver concedido a outro ente público, o valor recebido deverá ser computado na apuração do resultado primário do município.

116 Na União, as unidades orçamentárias, embora não integrem o sistema de planejamento e orçamento, devem seguir as orientações normativas do órgão central e, quando couber, dos respectivos órgãos setoriais.

Julgue os itens seguintes à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101/2000).

117 A escrituração dos restos a pagar deve evidenciar a variação da dívida pública no período, e o seu detalhamento deve indicar, no mínimo, a natureza e o tipo de credor.

118 Se um servidor da Câmara Municipal de Mossoró aposentar-se e passar a receber seus proventos do Instituto de Previdência Própria dos Servidores do Município, autarquia previdenciária que integra o Poder Executivo municipal, o gasto com os proventos desse servidor inativo será incluído no percentual da despesa com pessoal do Poder Executivo do município de Mossoró.

Em relação ao anexo de riscos fiscais da lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e ao relatório de gestão fiscal, julgue os itens que se seguem.

119 O demonstrativo da disponibilidade de caixa e dos restos a pagar, parte integrante do relatório de gestão fiscal, visa, entre outros objetivos, conferir transparência ao equilíbrio entre a inscrição em restos a pagar não processados e a disponibilidade de caixa.

120 Por constituírem uma ameaça ao equilíbrio das contas públicas, os precatórios judiciais devem integrar o anexo de riscos fiscais da LDO.

Espaço livre